

# Superior Tribunal de Justiça

## HABEAS CORPUS Nº 536.659 - SP (2019/0294335-1)

**RELATOR** : **MINISTRO NEFI CORDEIRO**  
**IMPETRANTE** : KELVER UESLEI PEREIRA DA SILVA  
**ADVOGADO** : KELVER UESLEI PEREIRA DA SILVA - SP405439  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : EDUARDO APARECIDO ALMEIDA MARTINS PARDIM  
(PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de EDUARDO APARECIDO ALMEIDA MARTINS PARDIM contra decisão monocrática da Relatoria do Tribunal de Justiça de São Paulo, que indeferiu o pedido liminar no *writ* antecedente (fls. 83-84).

Consta dos autos que o paciente foi preso em flagrante pela prática do crime previsto no art. 33 da Lei n. 11.343/2006, convertida a prisão em preventiva.

Neste *writ* sustenta, em suma, ilegalidade da prisão preventiva por estarem ausentes os requisitos do art. 312 do CPP, além de alegar inidoneidade da fundamentação de decretação da prisão, condições pessoais favoráveis, desnecessidade e desproporcionalidade da medida extrema, especialmente se observada a ínfima quantidade de entorpecente apreendido.

Requer, assim, liminarmente e no mérito, a revogação da prisão preventiva com ou sem aplicação de medidas cautelares alternativas ao cárcere.

É o relatório.

DECIDO.

De início, cabe destacar que a desproporcionalidade do regime em que cumprida a prisão não pode ser aferida antes da dosimetria da pena pela sentença, não cabendo, na via eleita, a antecipação dessa análise. A esse respeito: AgRg no RHC 77.138/RJ, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 02/02/2017, DJe 10/02/2017 e HC 360.342/SP, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 01/09/2016, DJe 12/09/2016.

A teor do disposto no enunciado da Súmula 691 do Supremo Tribunal Federal, não se admite a utilização de *habeas corpus* contra decisão que indeferiu a liminar em *writ* impetrado no Tribunal *a quo*, sob pena de indevida supressão de instância.

A despeito de tal óbice processual, tem-se entendido que, em casos excepcionais, quando evidenciada a presença de decisão teratológica ou

# *Superior Tribunal de Justiça*

desprovida de fundamentação, é possível a mitigação do referido enunciado.

Não obstante a excepcionalidade que é a privação cautelar da liberdade antes do trânsito em julgado da sentença condenatória, reveste-se de legalidade a medida extrema quando baseada em elementos concretos, nos termos do art. 312 do CPP.

A liminar foi indeferida nos seguintes termos (fls. 83-84):

Indefiro a liminar.

A medida liminar é cabível somente quando o constrangimento ilegal for detectado de plano, através do exame sumário da inicial, o que não ocorre no presente caso.

EDUARDO foi preso em flagrante em 19 de setembro de 2019 pela prática do crime de tráfico de drogas, pois, em tese, trazia consigo e tinha em depósito 35 porções de "crack", além de quantia em dinheiro, cf. boletim de ocorrência (fls. 24/26).

Não se perca de vista que, conforme relatado pelos policiais militares de modo uníssono, após denúncia de que indivíduo conhecido como "Pezão", tratando-se do ora paciente, estaria vendendo drogas em sua residência, dirigiram-se até o local, onde visualizaram EDUARDO na via pública e este, ao perceber a presença da polícia, entrou na residência, onde foi possível ouvir o barulho do vaso sanitário. No banheiro, surpreenderam o paciente tentando se desvencilhar das drogas, sendo encontradas porções de "crack" no vaso sanitário e também no bolso do paciente, totalizando 35 porções, que ele admitiu que venderia por R\$ 10,00 cada porção (fls. 21/22). A prisão foi convertida em preventiva, em 19 de setembro de 2019, durante audiência de custódia (fls. 55/59 - ação penal).

O causídico não trouxe qualquer situação excepcional, decorrente de ilegalidade manifesta, capaz de alterar, liminarmente, a decisão de 1º grau, a qual fora proferida satisfatoriamente pelo juízo a quo, encontrando-se dentro dos limites legais.

Tal delito, em regra, além das peculiaridades em que foi cometido, fomenta a prática de crimes mais graves, seja por parte dos "compradores" para adquirirem os entorpecentes, ou pelos "vendedores", cada vez mais fortalecidos em razão do número crescente de pontos de vendas ou capacidade bélica para a "defesa" desses interesses escusos.

Nesse ponto, ainda que em fase de cognição sumária, é imprescindível destacar o elevado número de processos envolvendo o tráfico de drogas, crime típico e intrínseco ao crime organizado, que assola nossa sociedade, seja enfraquecendo os serviços públicos, aumentando a demanda por tratamentos de saúde, afastando crianças, adolescentes e adultos da educação e afrontando, diuturnamente, a segurança, ou arrebanhando verdadeiro "exército" ao cooptar "soldados" para a prestação de "serviços", seja guardando, transportando ou vendendo drogas e armas de fogo, além de corromper de forma ativa e passiva agentes públicos.

Assim, as circunstâncias de crimes dessa natureza devem ser avaliadas além dos contornos jurídicos, ou seja, de forma mais ampla, também, sob o prisma ético, político e cultural, uma vez que se trata de verdadeiro crime

organizado, enraizando-se no cotidiano da sociedade.

A concessão da liminar neste momento se mostra temerária, seja quanto ao pedido de revogação da preventiva ou aplicação de medidas cautelares, porquanto, além de todo o exposto, também, se confundem com o mérito.

A decisão de prisão preventiva foi assim fundamentada (fls. 62-64):

[...] Diante disso, passo à análise do auto de prisão, nos termos do art. 310 do Código de Processo Penal. Da sua leitura vislumbro que foram observadas pela D. Autoridade Policial as cautelas dos artigos 304 e 306 do Código de Processo Penal, ausente qualquer hipótese que possa autorizar o relaxamento da prisão em flagrante. Não houve relato por parte do autuado acerca de maus tratos ou agressões praticadas pelos agentes policiais responsáveis pela prisão. Dos depoimentos colhidos e do auto de prisão não se constata, por ora, razão bastante para se alterar juridicamente o convencimento externado pela D. Autoridade Policial. Cuidando-se de crime equiparado a hediondo, inviável a concessão de fiança, nos termos do art. 323, II, do Código de Processo Penal. Em síntese, informam os milicianos que efetuavam patrulhamento pelas cercanias do Bairro Ibirapuera, nesta cidade de Tupã/SP, quando receberam denúncias de populares de que um indivíduo, de alcunha "Pezão" - identificado posteriormente como Eduardo Aparecido Almeida Martins Pardim, ora autuado estaria efetuando o tráfico de entorpecentes em sua residência. Solicitaram apoio de outras viaturas e se dirigiram para o local indicado e lá visualizaram o autuado em via pública defronte a residência, o qual, ao perceber a presença das viaturas, entrou na casa, oportunidade em que os policiais militares o acompanharam, e ouviram o barulho da descarga do vaso sanitário. Chegaram ao banheiro, e lá depararam-se com Eduardo tentando se desvencilhar das porções que trazia consigo. Os agentes policiais conseguiram recuperar um frasco de pastilha Tic-Tac que acondicionava as porções de crack. Em revista pessoal, o autuado trazia no bolso lateral 9 (nove) porções, embaladas de forma idênticas àquelas dispensadas por Eduardo, bem como a quantia de R\$ 10,00 (dez reais) em nota única. No quarto do autuado, foi encontrada a quantia de R\$ 8,00 (oito reais). **Ao todo, foram apreendidas 35 (trinta e cinco) porções de crack, as quais resultaram no peso líquido de 2,52 gramas (fls. 10/15).** Em conversa com o milicianos, Eduardo admitiu que tais porções eram destinadas ao tráfico, as quais seriam comercializadas pelo valor de R\$ 10,00 (dez reais) cada. Indagado pela d. Autoridade Policial, o autuado relatou que é usuário de entorpecentes e que tinha consigo apenas uma porção de maconha e uma de cocaína, negando que as porções de crack, fossem suas (fls. 04). Cópias dos laudos periciais de constatação prévia devidamente encartado aos autos (fls. 13/15). Os elementos de convicção produzidos até o presente momento demonstram comprovada a materialidade e indícios suficientes de autoria. Assim, pelo que se depreende dos autos, mormente o local dos fatos (conhecido como ponto de intensa traficância), os depoimentos dos militares e a quantidade de droga apreendida, bem como a forma que encontravam-se acondicionadas, todas em porções individuais, fortes são os indícios de que o autuado exerce, neste município, o comércio ilegal de drogas, a ensejar, desde agora, a garantia da ordem pública, a qual, restará ameaçada se ele,

# Superior Tribunal de Justiça

envolto nesta grave acusação, permanecer em liberdade. Anoto que embora o autuado não ostente condenações criminais (fls. 28), até por conta de sua recente maioridade, em razão da quantidade de entorpecentes apreendida, bem como a natureza do delito, em caso de eventual condenação, deverá iniciar o cumprimento da pena privativa de liberdade em regime fechado, mostrando-se inadequada a fixação de medidas cautelares alternativas à prisão. Ainda, não exerce atividade lícita que lhe garanta o sustento. **Assim, não há qualquer excepcionalidade a justificar o afastamento da regra do artigo 44 da Lei nº 11.343/06, visto que a análise específica do caso, pautado em elementos concretos e não abstratos, indicam que a permanência do autuado em liberdade constitui forte fator de abalo à ordem pública, visto que, imerso no mundo das drogas, sem atividade lícita, encontraria facilmente condições propícias para prosseguir na mercancia ilícita, no que absolutamente incompatível a fixação de medidas cautelares alternativas à prisão em favor do autuado.** [...]. Por conta do exposto, para garantia da ordem pública, CONVERTO a prisão em flagrante de **EDUARDO APARECIDO ALMEIDA MARTINS PARDIM** em PRISÃO PREVENTIVA, com fulcro nos artigos 310, inciso II, 312 e 313, inciso I todos do Código de Processo Penal.

Como se vê, o Juízo de origem apresentou fundamentação concreta, baseada na quantidade de drogas apreendidas. Contudo, ao analisar as circunstâncias do caso, verifica-se que, embora conste do decreto prisional fundamento concreto, os riscos apontados não exigem tão gravosa cautelar como a prisão, pois a quantidade de entorpecente apreendido não se revela expressiva - *35 (trinta e cinco) porções de crack, as quais resultaram no peso líquido de 2,52 gramas* (fl. 62).

Nesse sentido, a Sexta Turma tem entendido que o tráfico flagrado de não relevante quantidade de drogas somente com especial justificação permitirá a prisão por risco social.

Sendo assim, não se verifica qualquer elemento do caso concreto para justificar a prisão, constando da decisão afirmação genérica e abstrata sobre a gravidade do crime, além de presunções e conjecturas, o que evidencia a ausência de fundamentos para o decreto prisional.

Não havendo divergência nesta Sexta Turma do Tribunal a respeito desse tema, deve ser reconhecida desde logo a ilegalidade, mitigando-se enunciado da Súmula n. 691 do STF.

Ante o exposto, defiro a liminar para soltura do paciente **EDUARDO APARECIDO ALMEIDA MARTINS PARDIM**, o que não impede nova e fundamentada decisão de necessária cautelar penal, inclusive menos gravosa do que a prisão processual.

Comunique-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Solicitem-se informações, em especial sobre o andamento da ação penal, com o envio da respectiva senha de acesso aos autos no primeiro grau.

Após, ao Ministério Público Federal para manifestação.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 02 de outubro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO

Relator

